



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001687-12.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Marco Antonio Maciel**
 Requerido: **Claro Celular Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MARCO ANTONIO MACIEL, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Claro Celular Sa, também qualificada, alegando tenha a ré feito inserir seu nome no cadastro do Serasa e SPC por conta de uma dívida de R\$ 270,78 referente ao contrato nº 928672371, datado de junho de 2012, o qual nunca teria sido firmado, de modo que entende abusiva a conduta da ré, que ainda teria cerceado seu acesso ao crédito no comércio da cidade, requerendo seja cominada à ré a obrigação de excluir definitivamente o apontamento, bem como seja declarada a inexistência da dívida, e que a ré seja também condenada ao pagamento de indenização pelo dano moral no valor de R\$ 20.000,00.

Indeferida a antecipação da tutela, a ré contestou o pedido sustentando que “pode ser” (sic.) que o contrato tenha sido firmado mediante fraude, o que levaria à conclusão de que ela, ré, teria sido tão vítima dos fatos quanto o autor, e porque a culpa, no caso, teria sido exclusiva de terceiro, não caberia se falar em responsabilidade civil a seu cargo, de modo a concluir pela improcedência da ação, e alternativamente impugnou o valor reclamado a título de indenização, pugnando pela moderação nessa liquidação.

O autor não replicou.

É o relatório.

Decido.

A alegação da ré, de que tenha havido “culpa exclusiva de terceiro” (sic.), não pode, com o devido respeito, ser admitida, atento a que haja expressa determinação contida no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor sobre haver aí uma *responsabilidade objetiva* do fornecedor, e, portanto, no caso, da ré.

Há aí um “dever de verificação” em relação à autenticidade dos documentos da pessoa que se apresenta para a contratação, em consequência do que a “falta dessa atitude que caracteriza culpa, ainda que leve” do fornecedor (cf. Apelação n. 914.684-3 - Oitava Câmara Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - MAURÍCIO FERREIRA LEITE Relator ¹; no mesmo sentido Apelação n. 1.007.998-4 - Nona Câmara Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - LUÍS CARLOS DE BARROS, Relator ²).

Diga-se mais, atento ao disposto pelo art. 17 do mesmo Código de Defesa do Consumidor, haverá a autora de ser equiparada ao consumidor do serviço.

¹ LEX - JTACSP - Volume 185 - Página 236.

² LEX - JTACSP - Volume 190 - Página 94.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em contrapartida, não haverá, em favor da ré, falar-se em *exercício regular de um direito* (sic.), pois em casos como o de *abertura de conta fantasma com o CPF da 'vítima-consumidor'*, hipótese equivalente ao caso aqui analisado, cumprirá ao fornecedor observar a *responsabilidade objetiva da relação de consumo (aqui totalmente involuntária)*, pois aplicável o art. 17 do CDC para transformar este terceiro em consumidor e responsabilizar o banco por todos os danos (materiais e extrapatrimoniais) por ele sofridos (cf. CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM³).

Também, afirmar que o autor faltou ao dever de guarda de seus documentos, quando prova alguma autoriza a afirmação de que o terceiro que se utilizou dos dados pessoais do autor efetivamente *tinha em sua posse* os documentos perdidos por aquele, parece-nos não autorizado.

O ilícito contratual, portanto, é inegável, cumprindo declarar-se inexistente a relação jurídica do contrato e indevido o protesto do título e o apontamento do nome o autor em cadastros de inadimplentes.

Já no que diz respeito à obrigação da ré em indenizar o autor pelo prejuízo moral, a questão merece consideração.

Não se olvida que o apontamento do nome do consumidor em cadastro de inadimplente implica em manifesta restrição do acesso ao crédito junto ao mercado comercial e financeiro, crédito que, *“em sentido amplo, representa um cartão que estampa nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem ou mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada”* (cf. YUSSEF SAID CAHALI)⁴, consistindo o só abalo deste crédito num efetivo prejuízo moral, acerca do qual não haverá falar-se em necessidade de produção de prova cabal dos prejuízos morais, *“eis que a indenização dos danos morais identifica-se apenas com padecimentos intelectuais ou subjetivos próprios das pessoas vitimadas por condutas ilícitas - Pedido juridicamente possível - Preliminar rejeitada”* (Apelação n. 1.022.297-8 - Décima Primeira Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - VASCONCELLOS BOSELLI, Relator)⁵.

É preciso considerar, entretanto, que nos termos do que já foi apontado no despacho inicial, o autor, especificamente, registrava outras duas (02) anotações de inadimplência, tendo como credor o *Banco do Brasil*, conforme pode ser conferido no extrato de fls. 16.

Ora, se é assim, cumpre atentar para o disposto na Súmula nº 385 do Superior Tribunal de Justiça, que consigna expressamente que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Nesse sentido, aliás, já vinham decidindo nossos tribunais, apontando que *“quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito”* (cf. REsp 1002985/RS Segunda Seção - rel. Mi. ARI PARGENDLER j. 14.05.2008⁶).

Diante dessas circunstâncias, improcede a pretensão de indenização.

A sucumbência é recíproca.

Não obstante, acolhida no mérito a demanda, cumpre seja antecipada a tutela para que a anotação em nome da ré seja excluída dos cadastros de inadimplentes, sem que possa essa determinação ser alcançada por efeito suspensivo de eventual recurso de apelação.

³ CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, ob. cit., p. 251.

⁴ YUSSEF SAID CAHALI, Dano Moral, RT, SP, 1998, n. 9.2, p. 358.

⁵ LEX - JTACSP - Volume 194 - Página 116

⁶ www.stj.jus.br/SCON.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que DECLARO INEXISTENTE a dívida em nome do autor MARCO ANTONIO MACIEL, tendo como credora a ré Claro Celular Sa, no valor de R\$ 270,78 referente ao contrato nº 928672371, datado de junho de 2012, e, como consectário, determino a exclusão definitiva dos apontamentos e anotações de inadimplência desse negócio junto ao SCPC e SERASA, compensados os encargos da sucumbência, na forma e condições acima.

Observe-se a antecipação da tutela para a exclusão do nome do autor dos cadastros de inadimplentes, oficiando-se desde logo.

P. R. I.

São Carlos, 30 de abril de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**